

RESENHA

Lucas Nogueira Borges *

CÍCERO, Marcos Túlio. **A natureza dos deuses**. Uberlândia: Edufu. 2016. 496 p. (5).
Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. ISBN 9788570784087

A obra *De natura deorum* de Cícero ganha sua publicação inédita em língua portuguesa com tradução do filólogo Bruno Bassetto. A tradução de obra *De natura deorum* foi publicada em 2016, pela EDUFU (Editora da Universidade Federal de Uberlândia), numa edição bilíngue, como o quinto volume da coleção do estudo Acadêmico, que tem a proposta de publicar textos clássicos de Filosofia numa versão para estudos.

Com a edição bilíngue - Latim/Português - tanto o leitor leigo como o pesquisador da filosofia poderão consultar o estilo do latim clássico de Cícero, que influenciou grande parte da tradição filosófica, desde a época medieval até a modernidade. Como o latim de Cícero é considerado modelar, não há autor mais adequado para a propedêutica de estudantes e pesquisadores à língua latina e, principalmente, à leitura de textos originais de filosofia em latim. Em outras palavras, as edições bilíngues da Coleção do Estudo Acadêmico permitem ao estudante de filosofia, de fato, ir aos textos, levando-o assim a um outro nível de pesquisa.

A edição apresentada pela EDUFU da obra *De natura deorum* traz também notas biográficas e um índice onomástico filosófico, em que se aponta não apenas a referência no corpo do texto, como também se apresenta o trecho em questão, e.g. “ANAXAGORAS I, 26: Depois, Anaxágoras, que recebeu a doutrina de Anaxímenes, foi o primeiro a querer a distinguir e determinar a descrição e o modo de ser todas as coisas pela força e pela razão de uma mente infinita [...]” (CÍCERO 2016, P. 455). Como Cícero expressa um alto grau de erudição, que envolve conhecimentos literários da cultura grega e romana, o tradutor apresentou notas a fim de esclarecer dados biográficos, os aspectos e personagens da mitologia, aspectos geográficos e nomes da

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail*: l_nborges@hotmail.com.

astronomia antiga. Deve-se considerar que esses recursos, numa tradução de textos clássicos de filosofia, são de grande auxílio para o leitor e pesquisador.

A grande particularidade dessa tradução consiste no princípio da fidedignidade ao texto de partida. O objetivo do tradutor foi de reproduzir os conceitos filosóficos a partir dos cognatos da língua portuguesa - recurso tal que o português possui por ser uma língua originada do latim - sem acarretar prejuízos ao estilo. Por essa razão, a tradução do Prof. Bruno Bassetto é capaz de re-significar os conceitos filosóficos na língua vernácula, o que é de extrema importância para a investigação de textos antigos, tanto no âmbito filológico, quanto no filosófico.

Gostaria de começar explicando o título da obra, cuja discussão se assenta na posição do genitivo plural *deorum* e nos possíveis significados do conceito *natura*. Em seguida, farei uma sumária exposição do conteúdo de cada um dos três livros, trazendo assim uma visão panorâmica da obra.

Primeiramente, com relação ao título dado à obra e à sua tradução para o português, vale destacar que os melhores códices trazem uma ordem diferente do título, a saber, *de deorum natura*. Otto Plasberg, editor do texto latino que serviu de base à tradução de Bruno Bassetto, intitulou a edição crítica publicada pela editora alemã Teubner (Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana) por *de natura deorum*. Ele alega que o emprego de anástrofe do genitivo nas inscrições e subscrições dos códices era comum entre os gramáticos. Todavia, a escolha pela ordem direta *de natura deorum* se deu em virtude das notícias que o próprio Cícero traz de suas obras em seus prefácios.

No proêmio do segundo livro da obra *De divinatione*, Cícero discorre sobre sua obra filosófica e as intenções de sua filosofia, informando-nos que havia terminado de escrever os três livros que tratavam da natureza dos deuses e que a obra *De divinatione*, juntamente com a obra *De fato*, completariam a série de suas obras teológicas.¹ Tanto na obra *De divinatione* quanto na obra *De fato*, Cícero se referiu ao texto como a obra que trata da natureza dos deuses, deixando-nos uma pista de como possivelmente teria intitulado a obra (CICERO, 2008, p.5).

A tradução do título *de natura deorum* por *A natureza dos deuses*, proposta pelo filólogo Bruno Bassetto, não considera a preposição latina *de*, que indica assunto,

¹ *De divinatione*, II., §1

em português “sobre”. Essa escolha tradutória não causa grandes distanciamentos do título estabelecido na edição crítica da Teubner. Em português, ao usar o artigo definido, indica com elegância, sem perder o elemento clássico que os tratados do mundo antigo indicavam, o assunto discutido.

Outra característica importante desse título é o fato de que o termo *natura* desempenha um papel fundamental na discussão teológica estabelecida na obra. Primeiramente, porque o título poderia se eximir completamente do termo *natura* tratando apenas dos deuses, como outras obras de Cícero, *De fato* e *De divinatione*. Cícero quer nos dizer algo a mais com o conceito *natura deorum* e não simplesmente *de deis*. Por isso, pode-se dizer que a obra vai até o cerne do problema da teologia natural, uma vez que investiga a divindade recorrendo à razão.

Um de seus significados remonta ao étimo do particípio futuro do verbo latino *nascor*, *natura*, que denota origem, nascimento, surgimento, principalmente, iminência de algo. Nesse sentido, a investigação segue pela pergunta da origem dos deuses, qual seja o lugar, a figura e a sede dos deuses. Outros significados ulteriores do termo *natura*, que podem levar a pesquisa a outra patamar, estão nos sentidos de *física*, *essência de*, *substância* e *propriedade*. O termo português *natureza* compartilha também o sentido de substância, mas esse sentido foi esquecido pelos falantes das línguas neo-latinas.

Partindo destes sentidos, a pergunta é feita pelas propriedades da divindade, isto é, o que são os deuses? Como obtemos notícias da existência dos deuses? Por que a existência dos deuses deve ser debatida pelos filósofos? Essas questões mostram a discussão sobre a natureza dos deuses e estão estabelecidas a partir de seu título. Ao tratar da natureza dos deuses, investigam se eles existem e qual a evidência possível para, no mínimo, supor a existência de alguma divindade; discorrem sobre a opinião dos filósofos acerca da natureza dos deuses.

A contenda filosófica da obra recai sobre a relação do homem com a divindade e da divindade com o homem. A natureza da divindade implica ou a providência ou completa ausência de atividades e de preocupações com o mundo e com a vida dos homens. Cícero percebe que o problema da natureza dos deuses relaciona-se aos problemas da existência e da providência divina pois os filósofos que sustentaram a existência dos deuses tiveram que justificá-la e apresentar a natureza dos deuses. É uma

questão que não só implica a condição ontológica do homem, como também a condição do homem enquanto ser religioso.

Cícero constrói o cenário de seu diálogo associando elementos cênicos dos diálogos platônicos, quando ele mesmo se abstém de emitir sua opinião, preferindo ouvir as exposições de personagens da vida pública de Roma; com elementos atribuídos à construção dos diálogos aristotélicos, quanto anexa ao diálogo um próêmio explicando suas intenções pessoais que visavam que à instauração de uma filosofia em latim e à exortação da vida filosófica. Cada um dos personagens representa, no diálogo, uma escola filosófica e argumenta de acordo com a doutrina de sua escola.

O primeiro livro traz a exposição e Veleio, cujo cerne se assenta em argumentos e provas formuladas por Epicuro. No discurso de Veleio, encontra-se uma crítica aos filósofos que sustentavam três tipos de naturezas: uma natureza criadora e arquetônica, uma natureza providente e governadora e uma natureza que se identifica com algum ou com todos os elementos naturais (água, terra, ar e fogo). Veleio critica essas naturezas, porque todas elas incorrem em contradição. Como um deus pode ser eterno se tiver um começo? Se o mundo teve um começo. Pela constatação das coisas que nascem, possivelmente terá um fim. Como e por que os edificadores do mundo aparecem repentinamente? De que modo uma mente providente ficaria ausente por um longo intervalo e depois realizaria o mundo como uma obra de seu engenho? Como é possível que deus tenha sensação, se é incorpóreo? Para Veleio, um deus assim não teria outra causa para confeccionar o mundo a não ser por alguma diversão. Suas indagações pressupõem uma série de dilemas, considerados grandes problemas entre os gregos antigos.

A exposição de Veleio tem como finalidade demonstrar que a única natureza possível de ser atribuída aos deuses é a natureza divina, que implica a perfeição dos atributos divinos, quer dizer, indestrutibilidade, beleza e a mais perfeita felicidade. Para sustentar isso, em consonância com o pensamento de Epicuro, é preciso negar que os deuses sejam arquitetos ou que possuam alguma providência (πρόνοια), pois o mundo não é uma obra de deus, nem tampouco pode deus ser o mundo. Deus não se ocupa de nada, não é obrigado a nenhum cuidado e não realiza nenhum trabalho, mas se regozija com a própria sabedoria e força, estando sempre entre os maiores e eternos prazeres. Tal concepção libera o homem tanto da preocupação religiosa quanto do medo da

providência divina, conferindo uma margem de liberdade da atuação humana, pois os deuses não intervêm nem no cosmos nem na vida dos homens.

Ainda no primeiro livro, o acadêmico, representado por Aurélio Cota, refuta os argumentos de Veleio, demonstrando que a doutrina teológica de Epicuro resulta num quase ateísmo. Como os deuses não se interessam pela vida humana, muito menos em reger as leis naturais, então, as preces, os cultos aos deuses e a organização dos costumes em torno da vida religiosa são puramente perda de tempo. Esse ponto, também, mostra como o epicurismo foi desinteressante para a sociedade romana, pois o ideal de felicidade de Epicuro resultava no afastamento dos encargos da vida pública.

O segundo livro segue com a exposição de Balbo, representante da escola estoica. É o livro mais extenso da obra, possuindo 167 parágrafos. A argumentação de Balbo quase não estabelece críticas às doutrinas das outras escolas, restringindo-se a demonstrar que o mundo e a natureza são governados por uma inteligência e que tal organização não poderia ser realizada pela *fortuna*.

Balbo baseia-se na opinião dos três grandes mestres do estoicismo antigo, Zenão de Cítio, Cleantes e Crisipo. De acordo com Cleantes, a evidência da existência dos deuses provém de um conhecimento infundido pela natureza na mente dos homens. A constatação se dá pelo fato de que o homem possui um tipo de “ideia inata das coisas futuras” (*praesensione rerum futurarum* - πρόγνωσις).

O argumento atribuído a Cleantes baseia-se no consenso de todos os povos (*consensus omnium gentium*) e no argumento que O. Plasberg denomina “do elogio do mundo” (*de laudibus mundi*), reproduzido em diversas partes do texto, como prova fundamental de que a própria natureza dá à nossa mente indícios da existência dos deuses. São quatro razões que Cleantes afirma haver para que o homem possua noções infusas dos deuses: 1) ideia inata das coisas futuras; 2) a grandeza dos benefícios advindos da organização celeste, da fecundidade da terra e de outros; 3) a grandeza dos perigos naturais; 4) a grandeza da proporção, da revolução e da ordenação do fundamento. Todas essas razões levam a supor que tal complexidade da natureza não pode ser fortuita, mas que, contrariamente, é governada por alguma inteligência.

Na exposição de Balbo, pode-se encontrar um modelo da física antiga, da astronomia antiga e até da fisiologia humana: tudo isso para mostrar que diante de tal

ordenação seria esdrúxulo pensar, como a escola de Epicuro, que o mundo e os deuses não possuem ligação alguma, ou que a natureza aconteceu por acaso.

Primeiro, o mundo deve ser considerado deus, devido à sua grandeza e perfeição, pois há coisas que a capacidade do homem não pode concretizar. Depois, o mundo é um ser vivo dotado de razão, inteligência e sensação, uma vez que o todo possui as mesmas propriedades que as partes integralmente inseridas nele, mostrando o ponto de imanência das coisas no mundo. A concepção de mundo aqui é o todo do cosmos. Em seguida, Balbo mostra que o mundo é administrado pela providência dos deuses, uma vez que toda inteligência implica uma providência. Os deuses não são seres efetivos, vivos e racionais. Ele compara a atuação deles no mundo como regentes de uma cidade, combinando noções do deísmo com noções do politeísmo, já que a existência de uma divindade superior e primeira não exclui a existência de outros deuses.

Por fim, Balbo encerra sua argumentação mostrando que a utilidade e o cuidado são próprios dos deuses e dos homens. A providência divina garantiu ao homem as maiores utilidades e comodidades, através da natureza. Isso significa que a perfeição das coisas naturais não poderia se dar apenas com a sorte (*fortuna*), visto que a utilidade das coisas se mostra como algo tão ordenado, que seria impescindível a existência de alguma inteligência e providência da natureza.

O livro terceiro se dá com a exposição de Cota, que se concentra não em negar a existência dos deuses, mas em questionar os argumentos estóicos, reproduzidos por Balbo. Cota discorre ironicamente ao afirmar que acredita na existência dos deuses mais por aquilo que é professado pela religião que pelos argumentos aduzidos pelos estóicos, apontando, contudo, duas formas possíveis para tratar o problema da natureza dos deuses. A primeira é religiosa, que ensina sobre a natureza dos deuses a partir das fábulas e, por meio dos ritos sacros e dos auspícios, foram criados os fundamentos da sociedade romana. A segunda forma é a filosófica, em que se deve tratar dos fatos, fornecendo a razão determinante da religião e desacreditando os conhecimentos transmitidos pelos antepassados acerca da natureza dos deuses. Partindo dessa segunda perspectiva, Cota diz a Balbo: “Desse modo, entro nesta controvérsia como se nunca tivesse ouvido nem pensando nada sobre os deuses imortais; aceita-me qual discípulo rude e inato, e explique aquilo que eu perguntar” (CÍCERO, 2016, p. 333).

Em seguida, passa a expor a crítica de Cernéades à tese estoica do *mundus univrsus*, em que o mundo seria provido de sensibilidade e considerado um ser vivo, não podendo ser por essa razão algo sempiterno.

O mundo não pode ser deus, caso seja um ser vivo, pois todo ser vivo possui um corpo e todo corpo é paciente, alterável. Cota, pelo argumento filosófico de Carnéades, mostra a inconsistência da tese estoica acerca da natureza divina. A natureza divina não mostra a inconsistência da tese estoica acerca da natureza divina. A natureza divina não pode ser, ao mesmo tempo, corpórea e indestrutível. O que é corpóreo, segundo o argumento de Carnéades, sempre é separável ou passível de acréscimo, isso significa, mudança, devir. Já o que é indestrutível encontra-se em outra ordem, dado que não pode ser dividido e nem, a ele, algo ser acrescentado. Essa natureza indestrutível não sofre, nem recebe algo de fora, ao passo que o ser vivo (*animal*) é destrutível, por ter um nascimento, que supõe alterações constantes.

A exposição de Cota não afirma qual seja a natureza divina. Ela refuta as argumentações anteriores e nos mostra que em ambos os sistemas (epicureus e estoicos) existem problemas, como é incoerente, por exemplo, a existência de uma providência boa e ao mesmo tempo a existência do mal. Como explicar que a razão humana participante da razão divina possa arquitetar atos fraudulentos e a malignidade astuta? A razão não é inteiramente boa, podendo ser direcionada para fins perversos, e a providência não pode ser, do mesmo modo, integralmente regente das coisas.

Os argumentos estoicos não são suficientes para mostrar que a natureza dos deuses é inteiramente providente e que o mundo é deus, pois eles não explicam todos os fatos religiosos concernentes aos deuses. Os questionamentos apresentados por Cota visam a mostrar que a pergunta pela natureza dos deuses é obscura e que o homem possui limitações para esse tipo de conhecimento, sendo melhor se assegurar nos costumes e nas tradições ensinadas pelos mais antigos.

A obra se encerra com as impressões de Cícero acerca da questão. Uma fala enigmática e surpreendente, cuja teatralidade e maestria se revelam nos momentos finais de sua obra, deixando escapar qual tese lhe parece mais símile da verdade: “Depois que essas coisas foram ditas, separamo-nos de tal modo que a Veleio a argumentação de Cota pareceu mais verdadeira; a de Balbo me pareceu ser mais próxima à semelhança da verdade.” (CÍCERO, 2016, p. 451).

A respeito desta publicação, deve-se concluir que a tradução da obra *A natureza dos deuses* possibilita, em primeira mão, a leitura de mais uma obra clássica em língua portuguesa. Com o problema teológico da existência dos deuses, a obra apresenta uma postura crítica e investiga até que ponto cabe à filosofia esclarecer algo sobre a natureza dos deuses. Ademais, para as pesquisas da filosofia da religião e história da filosofia, essa obra mostra seu valor por si só, sendo de grande contribuição para as universidades brasileiras e para os estudantes de filosofia em língua portuguesa.

Referências

CÍCERO, Marcos Túlio. **A natureza dos deuses**. Uberlândia: Edufu, 2016. 496 p. (5). Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto.

CÍCERO. **De divinatione**. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/divinatione2.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2018

CÍCERO, M. Tullius. **Scripta quae manserunt omnia**: teil: Fasc. 45., De natura deorum. 2. ed. Frankfurt - Leipzig: Berolini; Novi Eboraci, Ny: de Gruyter, 2008. 240 p. Ed. Ax. Wilhelm.

SARAIVA, Fr. dos Santos. **Novíssimo Dicionário Latino-Português**: Etimológico, Prosódico, Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico, etc. 12. ed. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.